



DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS E TERRITORIALIDADE INDÍGENA:

os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e a reocupação do sertão cordino

Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira*

RESUMO

O centro-sul do Maranhão constitui território dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela e de criadores estabelecidos pela frente pastoril no séc. XIX. Marcadas por conflitos, essas relações tenderam a se estabilizar com a demarcação dos territórios indígenas e a presença do Estado, através de agências tutelares. Nas últimas décadas, programas desenvolvimentistas geraram mudanças na estrutura agrária regional, com a substituição de fazendas de criação por empreendimentos do agro-negócio levando ao desmatamento e à poluição do solo e rios. O trabalho focaliza os impactos dessas mudanças e a redefinição das relações intersocietárias na região resultante de novos parâmetros de territorialidade, onde o “sertanejo” é substituído pelo “gaúcho”.

Palavras-chave: projetos e programas desenvolvimentistas relações intersocietárias. Agro-negócio. Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela população regional

ABSTRACT

The center-south region of Maranhão consists territory of the Apaniekrá and Ramkokamekra-Canela and of farmers established by pastoral front in the XIX. Determinate by conflicts, these relations were stabilized with the demarcation of the indigenous territories and the appearance of the State's, through the tutelary agencies. In the last decades, development programs produced changes in the regional agrarian structure, with the substitution of the creators by agrobusiness undertakings resulting in deforestation and pollution of land and rivers. This paper focalizes the impacts of these changes and the redefinition of the intersocietary relations in this region, resulted of the new criterions of territoriality, where the “sertanejo” is substituted by the “gaúcho”

Keywords: development projects and programs intersocietary relations Agrobusiness. Apaniekrá and Ramkokamekra-Canela indians - regional population

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho discorre sobre as transformações econômicas no centro e sul do Estado do Maranhão, nas últimas décadas relacionadas à implementação do Projeto Ferro - Carajás PFC) e do Programa Grande Carajás (PGC), um mega-projeto de exploração mineral e um amplo programa de atividades industriais e agropecuárias voltadas ao

*Mestre em Antropologia. Doutor em Políticas Públicas. Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão.

mercado interno e externo, e seu impacto junto aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, povos indígenas que habitam tradicionalmente essas regiões.

Resultado da agenda desenvolvimentista do regime militar brasileiro e da demanda do mercado internacional pôr minerais como ferro, alumínio, cobre e outros, o PFC foi viabilizado através do financiamento de agências internacionais de fomento ao *desenvolvimento*, em especial do Banco Mundial (BIRD) e de bancos privados europeus e japoneses. Para gerir esse empreendimento foi designada a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresa estatal de comércio e prospecção mineral, responsável pela implantação da infra-estrutura, a exploração e a comercialização das jazidas da Serra dos Carajás.

Em 1982 foi firmado um convênio entre a CVRD e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a agência tutelar brasileira, com o objetivo de desenvolver projetos e ações voltados à satisfação das necessidades dos povos indígenas abrangidos pelo PFC e pelo PGC. Assim, foi celebrado o “Convênio CVRD-FUNAI”¹, através do qual seriam investidos cerca de U\$ 13,6 milhões junto às populações indígenas situadas em áreas consideradas de impacto ao PFC e PGC, durante um período de 5 anos.

Os recursos desse Convênio foram inicialmente destinados a 13 terras indígenas (TIs) localizadas no sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás (Tocantins), dentro da “área de impacto direto”, isto é, abrangendo apenas os grupos situados ao longo do “Corredor Carajás”. A partir de 1985, os grupos localizados nas áreas de “impacto indireto” – fora do “corredor Carajás” – tornaram-se também objeto desse Convênio tornando-se “beneficiários” os Tenetehara das TIs situadas junto aos rios Grajaú e Alto Mearim, além dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela localizados, então, no sul do município de Barra do Corda².

2 A OCUPAÇÃO DO CERRADO MARANHENSE PELO AGRO-NEGÓCIO

Nas últimas décadas consolidaram-se as transformações econômicas no interior da “região-programa”, alavancadas pelo PFC e pelas atividades vinculadas ao PGC. Na região sul do Maranhão essas mudanças seriam caracterizadas como uma “nova frente” expansionista implementada pelo agro-negócio, através de projetos de agricultura mecanizada direcionados, em grande parte, ao mercado externo.

Esse processo foi iniciado nos anos 70, quando agricultores gaúchos seguidos de catarinenses, paranaenses e, mais tarde, paulistas, mineiros e do centro-oeste brasileiro

¹“Projeto Ferro Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas”, CVRD-FUNAI, janeiro de 1982

²Inicialmente foram abrangidos, no Estado do Maranhão, os Tenetehara das TIs. Caru, Pindaré e Araribóia; os Gavião-Pukobyê e Krikati, além dos Awá-Guajá. Posteriormente, foram incluídos os Tenetehara das TIs. Canabrava, Lagoa Comprida, Bacurizinho, Urucú-Juruá e Morro Branco, os “Timbira” da TI. Geralda-Toco Preto, os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela.

passaram a comprar terras na região sul do Maranhão, a preços irrisórios.³ A região de Balsas, localizada no trecho inicial da Rodovia Transamazônica (BR-230) - estrada que comunica a regiões centro-oeste e sudeste do Brasil ao Nordeste - ofereceu maior atrativo aos investidores, a partir da implantação do PFC, e especialmente da efetivação do “corredor de exportação”, consolidado com a construção da Ferrovia Norte-Sul e sua conexão com a Ferrovia Carajás.

Nos anos 90, lavouras mecanizadas avançaram pôr terras de cerrado no centro-sul maranhense situadas no entorno de áreas de conservação ambiental e de terras indígenas, incorporando ao agro-negócio, um grande contingente de “terras devolutas” da União e do Estado do Maranhão, as quais em sua maioria constituem ocupações históricas de comunidades sertanejas desprovidas de títulos de propriedade. Através da “aquisição” de posses familiares e da “grilagem” de áreas anexas, novos latifúndios empresariais tem se constituído transformando essas áreas em extensos campos de soja e de outras culturas.

Esse processo tem ocorrido de maneira crescente em toda região sul do Maranhão deslocando-se, agora, para municípios da região central do Estado, até então excluídos da expansão das grandes lavouras de soja. Em 1994 e 95 denúncias de “grilagem” e ocupação violenta dessas terras de cerrado pôr um “projeto de soja” vinculado a uma grande empresa do sul do País geraram conflitos entre antigos moradores e agentes dessa expansão⁴. Em muitos casos, essa ocupação se efetiva através de ameaças e do uso efetivo da força como recurso para a desocupação da terra e a expropriação dos antigos ocupantes.

Nos últimos anos, a lavouras de soja se estenderam pôr municípios do centro-maranhense, como Grajaú, Fortaleza dos Nogueira e outros, tendo chegado recentemente à Barra do Corda, onde alguns “projetos experimentais” tem sido desenvolvidos ao longo da BR-226, e mesmo na região do *sertão cordino*⁵. A articulação de empresários da soja e de outras modalidades do agro-negócio com carvoarias gerou uma relação de mutualidade, através da qual são realizados desmatamentos nas terras recém-adquiridas, aproveitados na produção de carvão destinado às indústrias de ferro-gusa associadas ao PFC e ao PGC. Recentemente, um grande empreendimento de soja foi estabelecido ao sul do município de Fernando Falcão, em terras situadas no entorno da Terra Indígena Porquinhos, habitada pelos Apaniekrá-Canela.

Essas ocupações empresariais tem transformado radicalmente a paisagem e a vida social e econômica do *sertão* maranhense, atingindo populações indígenas e regionais.

³Considera-se que 30 há de terras no Rio Grande do Sul equivaliam a 3 mil há em Balsas. Cf. FGV, 2001.

⁴Uma grande empresa de laticíneos do Paraná pretendia implantar um vasto “projeto” de soja, em plena Serra das Alpercatas, em terras habitadas e exploradas há gerações pôr famílias sertanejas.

⁵Denomino *sertão cordino* a região de cerrados ao sul do antigo município de Barra do Corda ocupada, em sua maior parte, por pequenos criadores e agricultores, atualmente circunscrita ao município de Fernando Falcão.

Através de técnicas eficientes de desmatamento, como o uso de tratores e “correntões”, a vegetação do cerrado é rapidamente derrubada dando lugar aos agrotóxicos e corretivos químicos voltados à adequação do terreno para a produção de soja e outras culturas. Em poucas semanas, vastas áreas de cerrado, até então exploradas de maneira sustentável pôr grupos indígenas e sertanejos dão lugar ao “vermelhão” da terra desnudada. Riachos e lagoas são aterrados e/ou poluídos surgindo uma grande planície sobre a qual são depositadas toneladas de fertilizantes e corretivos para o preparo das futuras “lavouras”.

Além dos impactos ambientais causados pela transformação repentina e radical do cerrado onde coabitavam índios e sertanejos, pela perda da cobertura vegetal e a alteração nas condições de uso desses territórios, um conjunto de mudanças econômicas e sociais se estabelece na mesma velocidade, com a presença cada vez mais intensa de funcionários dessas empresas, de grandes carretas transportando insumos e a produção, além da expulsão de grande contingente de sertanejos para as periferias das cidades, desprovidos das condições que anteriormente desfrutavam.

O Estado, em seus diferentes níveis, tem se mostrado incapaz, quando não conivente com esse processo de ocupação predatória do cerrado do centro e sul maranhense. As denúncias encaminhadas aos órgãos responsáveis pela preservação ambiental, como o IBAMA⁶ e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente não tem levado à punição dos responsáveis, o que faz dessas áreas “terra de ninguém”, onde os agentes dessa expansão predatória, especialmente sua vertente vinculada à *grilagem* de terras e ao banditismo, agem com total impunidade ameaçando moradores, destruindo vastas extensões do cerrado, e atentando contra a vida de representantes locais.

2.1 Revisões demarcatórias e conflitos no sertão cordino

Diante dessas transformações associadas à expansão do agro-negócio pelo sul e centro maranhense e dos seus impactos, que já se fazem sentir junto às populações indígenas, especialmente aquelas localizadas em áreas de cerrado, a FUNAI desencadeou um processo de revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, localizadas no atual município de Fernando Falcão.

Essa revisão teria pôr meta uma possível ampliação física dessas unidades territoriais tendo em vista o crescimento demográfico dessas populações, as limitações ambientais desses territórios, e a necessidade de enfrentamento dos impactos decorrentes do avanço da fronteira econômica impulsionada pelo PFC e pelo PGC, aos quais se associa

⁶Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

a atual expansão do agro-negócio e de outras atividades em curso na economia regional, especialmente a carvoaria.

As Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, situadas na transição entre o cerrado e as matas de cocais estão localizadas ao sul do atual Município de Fernando Falcão, criado em 1995, com a divisão administrativa do antigo município de Barra do Corda. A T.I. Kanela localiza-se a cerca de 70 quilômetros da sede do município de Barra do Corda e a cerca de 6 quilômetros da sede municipal de Fernando Falcão, implantado junto a um antigo núcleo sertanejo. Possui um perímetro de 125.212 hectares e seu processo demarcatório foi concluído em 1983.

A Terra Indígena Porquinhos, com 79.520 hectares situa-se a oeste da primeira, e a cerca de 80 quilômetros a sudoeste de Barra do Corda. Esses territórios indígenas encontram-se demarcados e regularizados desde o início dos anos 80 e são formados, em sua maior parte, pôr terrenos arenosos cobertos por vegetação de cerrado e matas de galeria que acompanham os riachos existentes nessas áreas. A T. I. Porquinhos é cortada, ainda, pelo rio Corda em seu alto curso, e possui maiores recursos florestais do que a T.I. Kanela, que correspondem a dois terços do seu perímetro.

O crescimento populacional dos Apaniekrá e dos Ramkokamekra-Canela nas últimas décadas constitui um fator a ser considerado na perspectiva de ampliação dessas unidades territoriais. Apresentando um aumento significativo em seus respectivos quadros demográficos, com a duplicação de suas populações em cerca de 20 anos⁷ e considerada a restrita produtividade agrícola do cerrado local, de solo basicamente arenoso, esses povos demandam uma ampliação das áreas potencialmente agrícolas, onde possam desenvolver sua economia de roças “no toco” pelas famílias extensas, além da caça e coleta, hoje bastante restritas⁸.

A área do entorno das atuais Terras Indígenas Kanela e Porquinhos é formada, em sua maior parte, pôr terras devolutas da União e do Estado do Maranhão, e pôr uma unidade de conservação ambiental, o Parque Estadual do Mirador. Essas terras foram historicamente ocupadas pôr agentes da frente pastoril tradicional, e hoje constituem uma série de “propriedades”, em sua maior parte não tituladas, mas consolidadas. Famílias de pequenos criadores e agricultores de subsistência habitam essas terras há várias gerações, as quais exploram de forma pouco predatória.

Sobre essas “propriedades” não tituladas é que tem avançado o processo de “compra” e “grilagem” de terras, o qual está levando à transformação do sertão cordino em grandes empreendimentos do agro-negócio, voltados à produção de soja. Diante da

⁷Recenseamentos realizados pela FUNAI e por pesquisadores apontam uma variação de 600 para 1262 Ramkokamekra, entre 1979 e 2000, e de 225 para 458 Apaniekrá, no mesmo período. Cf. ISA, 2001.

⁸Dados mais atuais apontam as populações Ramkokamekra e Apaniekrá respectivamente, em 1698 e 670 indivíduos. Cf. CIMI, setembro de 2004.

possibilidade de vir a “perder” as terras que ocupam há várias gerações, numa possível ampliação das terras indígenas, famílias sertanejas tem vendido suas “benfeitorias” a corretores de terra, os quais as ampliam através da “grilagem” negociando-as, posteriormente, junto a empresários rurais do sudeste, sul e centro-oeste brasileiros.

A proximidade de vias de escoamento da produção, como as rodovias MA-006 (Balsas-Grajáu-Arame), a BR-230 (Floriano-Balsas-Carolina) e a BR-226 (Timon-Porto Franco), as quais facilitam o acesso rodoviário e ferroviário ao Porto do Itaqui em São Luís, constituem um grande estímulo a esses empreendimentos. De outro lado, políticas de incentivo ao agro-negócio tem possibilitado o incremento de empreendimentos, que contam com financiamentos governamentais através de programas como o PRONAF e o FINOR, viabilizados via BNDS, Banco do Nordeste e Banco do Brasil, o que tem levado à rápida expansão dos campos de soja, de cana-de-açúcar e de outras culturas agrícolas pelo cerrado do Brasil Central como um todo, e no sul maranhense em especial.

Os impactos da expansão do agro-negócio sobre a sociedade e a cultura dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela ainda são recentes, mas apontam possíveis consequências. A substituição de seus tradicionais vizinhos sertanejos pôr empreendedores da soja começa a se vislumbrar, em terras consideradas “devolutas”, as quais estariam potencialmente incluídas numa possível revisão demarcatória dessas terras indígenas. Ainda que futuramente anexadas às T.Is Kanela e Porquinhos, essas terras terão perdido a cobertura vegetal do cerrado e estarão sob a ação de fertilizantes e agro-tóxicos, que possivelmente terão atingido os riachos e rios que banham essas reservas.

Ao estimular o processo de ocupação do cerrado do centro-sul maranhense pôr empreendimentos vinculados ao agro-negócio, esses projetos e programas induzem à radical transformação econômica de uma região de tradicional ocupação pastoril, onde vigorava uma situação intersocietária relativamente estabilizada, com consequências desagregadoras aos povos indígenas e à população regional.

Outras ações voltadas ao desenvolvimento regional desencadeadas pelos governos federal e estadual vêm somar-se a esses projetos e programas na mudança social e econômica do centro-sul maranhense. Nesse sentido, o desmembramento e a criação de novos municípios, a definição de programas voltados à implementação de obras de infraestrutura – estradas vicinais, redes de energia elétrica, telefonia e outras – especialmente naqueles municípios considerados de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), caso de Fernando Falcão, servem como atrativo ao deslocamento populacional e à ocupação das terras “devolutas” por agentes vinculados ao capital empresarial no campo.

De outro lado, a inserção dos povos indígenas em programas voltados ao “desenvolvimento comunitário” - caso do “Comunidade Viva” e do “Programa de Combate à Pobreza Rural” (PCPR), implementados pelo Governo do Estado do Maranhão em

“parceria” com o Banco Mundial (BIRD) - constitui uma outra dimensão das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia oriental e no Nordeste com impactos junto a esses povos. Nos últimos 5 anos, os Ramkokmekra-Canela foram “beneficiados” com recursos oriundos desses programas, através dos quais foi implementada a eletrificação da terra indígena, e a aquisição tratores e implementos voltados à modernização do trabalho agrícola.

3 CONCLUSÃO

O caráter arbitrário desses projetos e programas de desenvolvimento locais adquire uma dimensão especial em relação aos povos indígenas, ao não serem considerados os critérios de ordem cultural desses povos, como em relação às práticas de saúde pessoal e coletiva. Assim, através de um programa financiado pelo BIRD, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) realizou recentemente a perfuração de um poço artesiano profundo na Aldeia Escalvado e implementou um sistema de distribuição de água encanada às residências Canela, as quais foram, ainda, “beneficiadas” por um sistema de fossas sépticas. Uma consequência imediata desse programa – comum às comunidades rurais brasileiras – tem sido o aparecimento de insetos potencialmente transmissores de doenças como dengue e malária, até então inexistentes entre os Canela e outros povos que habitam áreas de cerrado.

Dessa maneira, as ações e políticas vinculadas ao *desenvolvimento*, seja através dos grandes projetos e programas desenvolvimentistas, seja por ações voltadas às “comunidades carentes” revelam ter em comum a obsessão pela mudança social e pela transformação cultural dos grupos étnicos e regionais à imagem e semelhança dos povos Primeiro Mundo, ainda que numa imagem tosca e deformada. Como apontam diversos autores, o *desenvolvimento* constitui um conjunto de práticas e uma ideologia que emana do Ocidente para os chamados povos do Terceiro Mundo com objetivos definidos. (Sachs, 2000).

Da perspectiva da ordem econômica mundial, o “desenvolvimento” visa inserir as populações e os recursos naturais dos povos “subdesenvolvidos” na dinâmica das relações capitalistas, constituindo um manancial de recursos minerais, agro-extrativistas e industriais à disposição do capital internacional. Do ponto de vista ideológico constitui um discurso que visa restabelecer a clássica dicotomia através da qual o Ocidente concebe outros povos e tradições civilizatórias, ao longo de sua história. (Escobar, 1996).

Satisfaz-se, assim, às duas demandas: a inclusão das vastas áreas e recursos naturais do “Terceiro Mundo” na dinâmica das relações capitalistas, e a ocidentalização de suas populações pela ideologia e práticas do “desenvolvimento”.

REFERÊNCIAS

CEDI. *Aconteceu. Povos indígenas no Brasil* – 1985-86. São Paulo, 1986.

CIMI. **Situação jurídico-administrativa atual das terras indígenas no Brasil** (24/09/2004). www.pgr.mpf.gov.br/6camaras-terrasindigenas/ma. Acessado em 15/03/2005.

CVRD-FUNAI. **Projeto Ferro-Carajás**: apoio às Comunidades Indígenas. Rio de Janeiro – Brasília, 1982.

ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercero Mundo**: Construcción y Desconstrucción del *Desarrollo*. Bogotá. Editorial Norma, 1996.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Agroanalysis*. **Revista de Negócios da FGV / Instituto Brasileiro de Economia**. Rio de Janeiro, Vol. 21, no. 11, novembro de 2001

INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL..Povos Indígenas no Brasil. **Enciclopedia Canela**. www.socioambiental.org/pib/ept/canela Acesso em 15/03/2005.

OLIVEIRA, Adalberto L. R. de. **Política indigenista e desenvolvimentismo**: o Programa Grande Carajás e as Populações Indígenas no Maranhão (mimeo). São Luís, julho de 2003.

SACHS, Wolfgang (ed). **Dicionário do desenvolvimento**: Guia do Conhecimento como Poder. Petrópolis, Vozes, 2000.